_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012. pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/ pdf/livro06.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

CUNHA, Júlia Maria de Jesus. Ensino de Artes: dificuldades, experiências e desafios. Revela, Periódico de Divulgação Científica da FALS, ano VI, n. XIV, p. 01-28, dez. 2012.

FERREIRA, Ana Patrícia. A Importância do Ensino de Artes Visuais na Educação

Infantil. Monografia (Especialização em Ensino de Artes Visuais). Pós-graduação em Artes, Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2015.

MOURA, Eliane Maria Fogliarini; PAIM, Marilane Wolff. A importância das Artes Visuais na aprendizagem das crianças. Revista Apotheke, v. 5, n. 3, ano 5, p. 93105, 2019.

SILVA, E. A. et al. Fazendo arte para aprender: a importância das artes visuais no ato educativo. Pedagogia em ação, v.2, n. 2, p. 95-104, nov. 2010.

TITO, Camila Sonaly Queiroz; LÚCIO, Maíse Rodrigues. Artes visuais na educação infantil. I Congresso Internacional de Educação Inclusiva. Anais I CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2014. p. 01-05. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/ artigo/visualizar/8518>. Acesso em: 18 nov. 2021.

TOCHETTO, Andrieli; FELISBERTO, Lidiane Gomes dos Santos. O ensino de Arte e a sua finalidade: Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. In: XIII Congresso Nacional de Educação. Anais... 2017. p. 11148-11160. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23809_11871.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

TRABALHOS ACADÊMICOS-CIENTÍFICOS NO ENSINO SUPERIOR: NÍVEIS DE ENSINO E CONTEÚDO

MARINA ROMANO ALEIXO

Resumo

Este artigo tem como objetivo a elucidação dos níveis de ensino superior no Brasil e suas exigências formais científicas para a obtenção de certificação. Apresentando, assim, as especificidades dos níveis e trabalhos acadêmicoscientíficos e suas estruturas. Embasada numa análise exploratória e fundamentada na revisão de literatura, o trabalho apresenta a existência de quatro níveis diferentes do ensino superior e todas as particularidades que os diferem.

Palavras-chave: Ensino Superior. Trabalhos acadêmicos-científicos. Estrutura acadêmico-científico

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de

1988 fundamenta todas as demais espécies normativas e determina todos os direitos fundamentais dos brasileiros, como educação, saúde, trabalho, entre outros. Nos artigos 205 e 206 fica estabelecido que a educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos e é dever do Estado ofertá-la, de maneira a preparar o cidadão para exercício de sua cidadania e desenvolvimento pessoal.

Quanto ao Ensino Superior, este pode ser ministrado por Universidades públicas (obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, segundo o Art. 206 da Constituição) ou privadas. Está expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei 9.394/96), nos artigos 43 a 57, que:

O ensino superior é da alçada da União, podendo ser ofertado por Estados e Municípios, desde que esses já tenham assistidas as modalidades pelas quais são responsáveis pela sua totalidade. Cabe à União autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior. Tem por finalidade divulgar à sociedade a criação cultural e a pesquisa científica e tecnológica originada nas instituições que oferecem a formação na modalidade superior e produzem conhecimento científico (SIÉCOLA, 2016, p. 19).

Assim como o ensino básico, o ensino superior está dividido em níveis. Cada nível apresenta particularidades e confere o grau acadêmico correspondente. Para a finalização do curso e obtenção do grau acadêmico é necessário que o discente entregue à instituição um trabalho acadêmico-científico desenvolvido com um objetivo e características específicas dependendo do nível do curso.

Dessa forma, partindo da questão de investigação: Quais as diferenças entre as estruturas dos trabalhos acadêmicos-científicos apresentados no ensino superior?, este estudo tem como objetivo a identificação dos níveis de ensino superior no Brasil, além de caracterizar quais tipos de trabalhos acadêmicos-científicos são exigidos em cada um destes níveis e suas estruturas principais. Ademais, este estudo propõe discorrer sobre a importância dos trabalhos acadêmicos-científicos no ensino superior e como estes avançam o conhecimento na área.

Para a condução desta pesquisa foi escolhida uma abordagem epistemológica interpretativa (Bryman, 2012), embasada numa análise exploratória e fundamentada na revisão de literatura (SEVERINO, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2020). Esta pesquisa está subdividida em tópicos, apresentando os níveis de cursos e seus respectivos trabalhos acadêmicos-científicos, de maneira a facilitar a organização lógica dos tópicos abordados. Além de apresentar uma sumarização dos tipos de trabalhos, estruturas e complexidades.

2. DESENVOLVIMENTO

Como apresentado, o ensino superior também está dividido em níveis. A LDBEN (1996) no Art. 44 estabelece que o ensino superior se divide nos seguintes cursos e programas:

- sequenciais por campo de saber, como os cursos tecnólogos;
- de graduação, que podem ser subdivididos em bacharelados e licenciaturas;

- de pós-graduação, que incluem os programas stricto sensu (mestrado e doutorado) e lato sensu (cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros); e
- de extensão, que são cursos com uma menor carga horária do que os programas de pós-graduação e visam aprimorar o conhecimento em um assunto.

Dessa forma, cada um dos programas vai exigir um direcionamento do discente e dependendo do nível de estudo será necessário realizar o desenvolvimento de um trabalho acadêmico-científico que inclua suas próprias particularidades.

Segundo Severino (2002), o desenvolvimento de um trabalho científico deve incluir, primordialmente, as seguintes etapas, independentemente dos níveis do curso e do tipo do trabalho:

1. Determinação do problema-tese do trabalho: Etapa na qual delimita-se o assunto a ser estudado. É nesta etapa que o discente também determina qual será seu método de pesquisa (como por exemplo, pesquisa documental, pesquisa de campo, etc), problema a ser estudado, hipóteses levantadas, e a delimitação temática para levantamento da bibliografia utilizada em seu estudo;

2. Levantamento da bibliografia: Nesta etapa, inicia-se o levantamento de documentos que possam vir a auxiliar o desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, é necessário uma série de procedimentos técnicos para a busca destes documentos, sendo eles artigos, livros, documentos técnicos, entre outros, que auxiliem o discente a desenvolver seu tema, assim como dar embasamento para sua fundamentação teórica e assim, desenvolver argumentos sólidos para discussão e apresentação de resultados em sua pesquisa;

3. Leitura e documentação: Após a coleta de diversos documentos, é necessária uma triagem de todo o material. Essa triagem permite que o discente mantenha o foco somente nos documentos que serão utilizados em sua pesquisa, tanto os que possuem metodologias similares às suas e que lhes servirão de base, quanto os que tenham argumentos que lhe permitam desenvolver sua pesquisa. Para iniciar a triagem, uma leitura do sumário, prefácio, introdução e resumos (se houverem) permite o entendimento do conteúdo do documento, assim como sua abordagem científica. Após a triagem é chegada a hora da leitura dos documentos, contudo esta leitura também deve ter uma abordagem estratégica, iniciando-se pelos textos mais gerais e recentes e seguindo para os mais específicos e antigos, permitindo assim, a construção lógica do conhecimento. Durante a leitura do texto, é necessário realizar apontamentos para que o discente consiga depois elaborar sua pesquisa, iniciando-se um rascunho de seu projeto. Assim, o desenvolvimento de um fichamento de leitura auxilia este processo. Este fichamento pode conter citações, ideias levantadas durante a leitura, marcadores, e qualquer outro tipo de apontamento que auxilie o desenvolvimento da pesquisa, contudo é de suma importância que se as referências dos documentos estejam descritas no fichamento, de maneira a identificar o texto original quando necessário;

4. Construção lógica do trabalho: nesta etapa o discente desenvolve a sistematização das ideias que teve, de maneira a compor sua pesquisa de maneira lógica. É importante destacar que, dificilmente, duran-

te as etapas anteriores, o discente irá construir seu conhecimento de forma linear, mas nesta etapa é necessário que inicie-se o processo de escrita linear, onde exista uma ordem lógica de pensamento. Em outras palavras, nesta etapa é construído um sumário provisório, onde é possível estruturar quais assuntos serão abordados da introdução, desenvolvimento e conclusão da pesquisa, além de definir se o projeto ficará dividido em capítulos, seções, etc.

5. Redação do texto: Note que somente nesta etapa o discente/pesquisador inicia a escrita do projeto. Idealmente um primeiro rascunho é desenvolvido e a partir dele realizar-se-á revisões que aprimorem o texto (tanto a estrutura lógica, gramática, semântica, etc). É importante destacar que nos trabalhos científicos deve ser adotada uma linguagem clara, objetiva e formal, evitando ambiguidades, pomposidades e prolixidades;

6. Construção do parágrafo: Ainda sobre a escrita, é importante notar que a forma de construção dos parágrafos em si também deve ser considerada. Os parágrafos, por si só, demandam uma lógica de pensamento para serem construídos e quando agrupados devem ser estruturados de maneira a construir uma sequência de ideias e um raciocínio lógico;

7. Conclusão: Ao fim desta jornada acadêmica é necessário observar a necessidade de aplicação de procedimentos técnicos específicos para cada nível de estudo. A aplicação de normas técnicas, como as desenvolvidas pela

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para informação e documentação, devem ser verificadas, assim como a exigência de outras especificidades do programa de graduação, mestrado, doutorado, etc.

Vale mencionar que a estrutura dos trabalhos acadêmicos científicos, no Brasil, seguem, no geral, normas que regulamentam seu desenvolvimento (como as normas de informação e documentação da ABNT). Esses trabalhos são compostos, primordialmente em duas partes - interna e externa, estando eles subdivididas em outros elementos como mostra no esquema abaixo:

Esquema 1 - Estrutura do trabalho acadêmico



Fonte: ABNT NBR 14724 (2011, p. 5)

Com isso, entende-se que todos os trabalhos estão estruturados da mesma maneira, contudo o conteúdo e a complexidade exigida se alteram dependendo do nível, o que será explicado a seguir. A partir desta análise sucinta sobre o desenvolvimento lógico dos trabalhos, passamos a apresentar os já mencionados níveis educacionais e discorrer sobre os requisitos e objetivos para a sua obtenção.

2.1 CURSOS SEQUENCIAIS

A Resolução CNE/CES nº 1/1999,

atualizada em 2017, delibera que os cursos sequenciais são:

Art. 1o § 1 Os cursos sequenciais serão constituídos, no mínimo, por três disciplinas ou outros componentes curriculares. § 2 O concluinte de curso sequencial receberá certificado para comprovar a formação recebida, que não corresponde a diploma de graduação nem permite matrícula em cursos de especialização ou cursos de pós-graduação stricto sensu.

Art. 2o Os cursos sequenciais poderão constituir módulos dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação que, em conjunto, permitam alcançar os objetivos formativos globais destes e criar linhas de formação distintas, ou, isoladamente, permitam desenvolver e certificar competências parciais, alcançadas em face de sua conclusão. (BRASIL, 2017, online)

Portanto, entende-se que no Brasil os cursos sequenciais, são aqueles também chamados de tecnólogos. A Resolução, contudo, não delimita as implicações dos trabalhos e currículos que devem ser apresentados neste nível, cabendo às instituições formular suas próprias exigências para a obtenção do certificado. Podendo ser, por exemplo, relatório de estágio ou um projeto aplicado à área científica ministrada, ou seja, um TCC (MUNDO VESTIBULAR, [s.d.]). Os TCC podem ser definidos, de acordo com a ABNT NBR 14724, como um:

documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador (ABNT NBR 14724, 2011, p. 4)

Neste tipo de nível, podemos encontrar objetivos diferentes visando o mesmo resultado, que é a certificação do estudante. Em TCC como relatórios de estágio, o objetivo é descrever o processo e atividades desenvolvidas pelo estudante sob orientação, num determinado local de trabalho (INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS, 2017) .

No geral, este relatório deve apresentar os seguintes componentes (ESTÁCIO, 2021):

- Introdução: O discente deve apresentar o contexto do trabalho e sua relação com a área de formação e relevância para o curso;
- Objetivos do estágio: Descrever a finalidade das atividades, as expectativas do discente e os objetivos a serem alcançados com a prática do estágio;
- Descrição da organização: Como o estágio é desenvolvido em um local/empresa específica, é necessário descrever o contexto da empresa, tamanho, mercado, por outras palavras, características fundamentais da empresa;
- Atividades desenvolvidas: O elemento mais complexo do relatório, onde devem ser retratadas todas as atividades realizadas durante o estágio, fazendo uma comparação com os tópicos abordados durante as aulas teóricas do curso;
- Considerações finais: Momento de reflexão do discente, apontando os resultados alcançados e uma análise crítica ao processo realizado.

Outro exemplo de TCC para cursos sequenciais, pode ser visto no caso da UNI-

BF (2021), que propõe no curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos um Projeto Aplicado à Gestão de Recursos Humanos para a obtenção da certificação. Este tipo de projeto visa a interação entre o campo teórico e prático, contudo, focado na descrição do projeto. Ou seja, é uma proposta de projeto que não precisa necessariamente ser viabilizada, como ocorre com o estágio.

Nesta lógica, a estrutura segue a linha supramencionada pela ABNT. Concluise que, não há grandes desenvolvimentos em termos acadêmicos e científicos, dado que seu objetivo é fazer com que o discente pense nos desdobramentos práticos, considerando a teoria aprendida. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013)

- Introdução: Deve ter a justificativa do projeto, as definições, objetivos e contexto da pesquisa;

- Desenvolvimento: Deve apresentar conceitos teóricos, além da parte práticaestrutural, como cronograma, orçamento, descrição das etapas de desenvolvimento, viabilização do projeto, entre outros;

- Conclusão: Discorre-se sobre a síntese dos resultados do projeto, pontos de melhoria, expectativas de implementação entre outros pontos e ideias relevantes para a obtenção do protótipo/ ou criação de prototipagem (INSTITUTOS SUPERIORES DE ENSINO DO CENSA, 2019).

2.2 GRADUAÇÃO - MONOGRAFIA

Segundo o Art. 44 da LDBEN (1996, online), os cursos superiores de graduação são aqueles que são “abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo”. Estes cursos hão de fornecer diploma e habilitação aos estudantes que os concluírem, formando assim, profissionais em áreas específicas.

Os cursos de graduação no Brasil, podem ser classificados como licenciatura ou bacharelado. De forma simplificada, segundo Nakamura (2016), os cursos de bacharelado estão focados no mercado de trabalho, enquanto a licenciatura foca no ensino do ofício. Áreas como Medicina, Direito, Fisioterapia são, tradicionalmente, bacharelados, pois o foco está na atuação profissional do discente, já áreas como História, Letras e Pedagogia, praticam a docência desde sua graduação. Existem cursos que podem ter as duas vertentes e cabe então ao discente escolher em qual área de atuação irá focar-se.

Neste nível é desenvolvido trabalhos monográficos. Segundo a American Library Association (apud MARCONI; LAKATOS, 2020, p. 258), a monografia pode ser descrita como um "trabalho sistemático e completo sobre um assunto particular, usualmente pormenorizado no tratamento, mas não extenso em alcance”. Este trabalho é um estudo específico ou particular que deve seguir uma metodologia rigorosa, investigando em profundidade um tema e seus aspectos.

As autoras (op.cit) apontam que a monografia tem como características:

- Ser dissertativo (projeto escrito/ não verbal), sistemático e completo;

- Ter tema específico ou particular de uma ciência ou parte dela;

- Ser um estudo pormenorizado e exaustivo, abordando vários aspectos e ângulos do caso;

- Ter tratamento extenso em profundidade, mas não em alcance (nesse caso, é limitado);
- Ter metodologia específica; e
- Ser uma contribuição importante, original e pessoal para a ciência.

Em outras palavras, no nível de graduação é necessário desenvolver um trabalho bem estruturado que tenha um tema delimitado e seja tratado de maneira adequada, pois o nível de pesquisa deve estar alinhado aos objetivos propostos. Como estrutura, pode-se resumir em 3 partes:

- Introdução: Apresentação do tema, questão de investigação, metodologia, lacuna de pesquisa e referência a trabalhos anteriormente desenvolvidos na área;
- Desenvolvimento: Nesta etapa, deve-se desenvolver a fundamentação lógica e teórica do trabalho de pesquisa, podendo levar em consideração três fases ou estágios: explicação (esclarecimento de conceitos e terminologias de forma a evitar ambiguidades), discussão (análise argumentativa da pesquisa, onde apresenta pontos de contato da análise de dados com a fundamentação teórica) e demonstração (raciocínio implícito, o qual fica claro à luz das propostas desenvolvidas para atingir o objetivo final do trabalho); e
- Conclusão: Resumo das argumentações apresentadas no trabalho, de forma a comparar se os objetivos propostos foram alcançados e apresentar limitações da pesquisa e avanços que podem ser obtidos a partir deste estudo.

2.3 PÓS-GRADUAÇÃO

Ainda segundo o Art. 44 da LDBEN (1996, online), os cursos superiores de pós-graduação são aqueles que compreendem "programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino". Neste sentido, os cursos de pós-graduação podem ser divididos em duas modalidades:

1. Stricto Sensu: São cursos de mestrado e doutorado, oferecidos a candidatos com diploma de cursos superiores que queriam se aprofundar na pesquisa científica e docência. Em outras palavras, são cursos que visam o desenvolvimento acadêmico-científico dos alunos. Ao final deste ciclo o discente obterá um diploma (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).
2. Lato Sensu: São cursos de especializações voltadas ao mercado de trabalho, como por exemplo os cursos de MBA (Master Business Administration). Possuem, no mínimo, duração de 360 horas, e podem ser oferecidos a candidatos que possuam diploma de cursos superiores, concedendo ao aluno um certificado ao final do ciclo e não um diploma (op. cit).

Assim, devido a especificidade de cada curso, é necessário elucidar o tipo de cada trabalho exigido em cada um dos programas.

2.3.1 MESTRADO (STRICTO SENSU) - DISSERTAÇÃO

Para a obtenção do título de mestre, o aluno deve apresentar um trabalho acadêmico-científico denominado dissertação, o qual requer defesa perante uma banca de especialistas que visam arguir sobre o projeto e apontar correções e melhorias, de ma-

neira que o aluno compreenda o processo. Segundo Marconi e

Lakatos (2020, p. 262-263) a dissertação “tem caráter didático, pois se constitui em um treinamento ou iniciação à investigação. Como estudo teórico, de natureza reflexiva, requer sistematização, ordenação e interpretação dos dados. Por ser um estudo formal, exige metodologia própria do trabalho científico”.

Autores como Marconi e Lakatos (2020) e Severino (2002) apontam que muitas vezes a dissertação é também classificada como monografia, por possuir um caráter monográfico, contudo, a maior diferença entre eles situa-se em sua profundidade e extensão (diferente da monografia, a dissertação deve ser mais extenso e com análises mais profundas de temas, métodos, problemas e soluções, além de maior rigor científico).

Quanto a estrutura da dissertação, esta segue os mesmos parâmetros da monografia, contudo, devido a este tipo de trabalho ser mais especializado, algumas etapas precisam ser incluídas, como por exemplo, a introdução do problema de pesquisa, hipóteses e variáveis que acabam ganhando maior destaque na parte do desenvolvimento do texto, além de melhor descrição e explicação dos métodos e técnicas de pesquisa.

2.3.2 DOUTORADO (STRICTO SENSU) - TESE

Para a obtenção do grau de doutor, o discente deve apresentar uma tese que, assim como a dissertação, requer defesa. Este trabalho deve seguir a mesma estrutura dos trabalhos monográficos e dissertativos, contudo deve trazer uma contribuição totalmente original sobre o tema apresentado (SEVERINO, 2002). Para

Marconi e Lakatos

A tese apresenta o mais alto nível de pesquisa e requer não só exposição e explicação do material coletado, mas também, e principalmente, análise e interpretação dos dados. É um tipo de trabalho científico que levanta, coloca e soluciona problemas; argumenta e apresenta razões baseadas na evidência dos fatos, com o objetivo de provar se as hipóteses levantadas são falsas ou verdadeiras. [...] Deve conter uma proposição, uma teoria que a identifique, caracterize e diferencie de outros trabalhos científicos e sua conclusão deve assumir um caráter mais amplo e abrangente. (MARKONI; LAKATOS, 2020, p. 269)

Cabe ressaltar que, devido sua especificidade, para o discente obter uma pesquisa eficiente, a tese deverá ser precisa, exaustiva e clara. Apesar da sua estrutura seguir a mesma da monografia e da dissertação, esta deve ser desenvolvida de forma mais aprofundada.

2.3.3 PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU) - ARTIGOS

No geral, em cursos de especialização para a obtenção do certificado o discente deve apresentar estudos mais específicos, completos e reduzidos em extensão. Estes trabalhos também conhecidos como artigos científicos tratam-se de estudos pontuais sobre um tema, apresentando um resultado mais singular (MARKONI; LAKATOS, 2020).

Muitas vezes, em conjunto com a

entrega do trabalho à academia, estes artigos são publicados em eventos (como congressos e seminários) quando ainda estão em andamento e/ou em revistas científicas, quando finalizados, fazendo seus resultados conhecidos.

Quanto a sua estrutura, a norma ABNT NBR 6022 (2018), aponta para algumas diferenças, como por exemplo:

- Elementos pré-textuais: Deve conter o título do trabalho, nome do autor, resumo e as datas de submissão e aprovação do artigo, podendo também conter dados como nome e título do trabalho em outro idioma;

- Elementos textuais: Deve conter Introdução, desenvolvimento e considerações finais, podendo ter suas nomenclaturas alteradas pelo autor.

Neste ponto, cabe elencar algumas características próprias, como apontam Markoni e Lakatos (2020, p. 286-287):

○ Introdução: “apresentação do assunto, objetivo, metodologia, limitações e propostas”;

○ Texto: “exposição, explicação e demonstração do material; avaliação dos resultados e comparação com obras anteriores”; e

○ Comentários e conclusões: “dedução lógica, baseada e fundamentada no texto, de forma resumida”.

- Elementos pós-textuais: Deve conter obrigatoriamente a lista de referências citadas no desenvolvimento do artigo, além de poder conter outros materiais opcionais como glossário, apêndice, anexo e agradecimentos.

Ainda sobre os artigos, vale mencionar que eles podem ser classificados de acordo com a análise de seu conteúdo. Marconi e Lakatos (2020) os dividem em 3 categorias:

- Artigos teóricos: São artigos argumentativos que tentam comprovar ou refutar argumentos por meio da apresentação da teoria e de fatos relacionados de forma sintética;

- Artigos de análise: São artigos analíticos onde o autor tenta dissecar cada aspecto envolvido no objeto de pesquisa e o analisa, delimitando e caracterizando suas partes;

- Artigos classificatórios: São artigos nos quais os autores classificam os aspectos de seu objeto de estudo, explicando as classificações e tabulando todos os tipos, podendo assim definir características e constatar fatos.

2.6 EXTENSÃO - ARTIGOS E RELATÓRIOS

Cursos de extensão são cursos complementares sobre temas específicos. Segundo o Art. 44 da LDBEN (1996, online), estes cursos são “abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino”, ficando assim a critério da própria instituição fornecer o conteúdo e a forma de disponibilização do curso. Esta modalidade de ensino é, geralmente, de curta duração, podendo ter aspectos técnicos, culturais ou acadêmicos (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO, 2019).

Quanto ao trabalho acadêmico-científico apresentado ao fim deste curso,

estes vão depender do tempo de duração do curso e das exigências de cada instituição. Contudo, artigos científicos e relatórios técnicos são, muitas vezes, solicitados como exigências. Estes materiais, todavia, seguem os mesmos padrões supramencionados.

Vale a pena esclarecer a composição de relatórios técnico-científicos que, conforme a ABNT NBR 10719 (2015, p. 3) define "são documentos que descrevem formalmente o progresso ou resultado de pesquisa científica e/ou técnica". Sua estrutura é similar ao apresentado no subitem 2.3.3, devendo apresentar na parte de desenvolvimento mais especificações técnicas, como procedimentos aplicados, processos seguidos e menos revisões de literatura.

3. CONCLUSÃO

Esta pesquisa visou investigar as diferentes formas e estruturas presentes nos trabalhos acadêmicos-científicos apresentados em cursos superiores no Brasil. Para isso, foi necessário, primeiramente, elucidar todos os diferentes níveis de cursos superiores e quais seus objetivos, além de apresentar suas especificações.

Nota-se que, em níveis como os cursos sequenciais não há a necessidade de uma revisão de literatura para suportar argumentos da pesquisa e explicação de conceitos, dado que são apontamentos práticos e desenvolvimento de projetos curtos. Já a monografia, necessita uma breve revisão de literatura, de forma a suportar a argumentação e conseguir identificar lacunas de pesquisa. Nos cursos de pósgraduação Stricto Sensu, pode-se ver que há a necessidade de maior rigor técnico e que os desafios ao discente são cada vez maiores, de maneira a exigir dele um maior entendimento e aprofundamento na área de pesquisa. Já nos cursos de pósgraduação Lato Sensu, pode-se ver a aplicação científica de forma mais pontual, restrita e selecionada, de maneira que possam responder de maneira assertiva perguntas pontuais.

Quanto às estruturas, pode-se observar que, na grande maioria, são muito parecidas. Sendo desenvolvida de forma monográfica, com a necessidade de possuir elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais que os identifiquem e também possuam subdivisões pertinentes a seus próprios temas. Destaca-se a importância da construção lógica, clara e objetiva dos argumentos apresentados, conforme aponta Severino (2002), independentemente do nível e tipo de trabalho a ser apresentado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10719: informação e

documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6022: informação e

documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. Resolução CES n.º 1, de 27 de janeiro de 1999. Brasília, DF: Ministério da Educação, [1999]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0199.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. Resolução nº 1, de 22 de maio de 2017. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2017]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/65181-rces001-17pdf/file. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRYMAN, Alan. Social research methods. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ESTÁCIO. Relatório de estágio: confira como estruturá-lo da forma correta! 2021.

Disponível em: https://blog.estacio.br/carreiras/relatorio-de-estagio/. Acesso em: 30 jun. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. Entenda o que é e quem pode fazer um curso de extensão. 2019. Disponível em: https://labfinprovarfia.com.br/blog/curso-deextensao/. Acesso em: 30 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS. Manual para elaboração de relatórios de estágio. Ipatinga, MG: Instituto Federal Minas Gerais, 2017

INSTITUTOS SUPERIORES DE ENSINO DO CENSA. Modelo de projeto aplicado. Campos dos Goytacazes, RJ: Institutos Superiores de Ensino do Censa, 2019. Disponível em: https://www.isecensa.edu.br/system/ckeditor_assets/attachments/1089/modelo_do_projeto_ aplicado.docx. Acesso em: 30 jun. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu? 2021. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13072:qual-a-diferenca-entre-posgraduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu. Acesso em: 30 jun. 2021.

MUNDO VESTIBULAR. Curso de Tecnólogo - Vantagens. [s.d.]. Disponível em: https://www.mundovestibular.com.br/cursos/curso-de-tecnologo-vantagens/. Acesso em: 30 jun. 2021.

NAKAMURA, Adriana. Qual a diferença entre Bacharelado e Licenciatura?: veja qual a melhor opção de graduação para você. 2016. Disponível em: https://querobolsa.com.br/revista/diferenca-entre-bacharelado-e-licenciatura. Acesso em: 30 jun. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortes, 2002.

SIÉCOLA, Marcia. Legislação educacional. 1. ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2016.